

## Avaliação de Conjuntura AGNU de 7 a 14 de julho de 2022

O governo federal descumpriu todos os acordos, entendimentos e promessas firmadas com o conjunto dos servidores públicos federais e de forma absolutamente arbitrária não atendeu a nenhum pleito, tão pouco reconheceu os direitos e a importância dos servidores e do serviço público. Até mesmo as demandas que integram as chamadas pautas não remuneratórias foram ignoradas e não serão atendidas.

Encerrado, neste dia 4, o prazo legal, conforme determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Legislação Eleitoral, para a concessão dos reajustes salariais e para a revisão dos valores de benefícios, o governo não se deu, nem mesmo ao trabalho de apresentar qualquer resposta e ou justificativa para o não atendimento das justas, legais e pertinentes reivindicações apresentadas pelo conjunto dos servidores.

No caso específico da principal demanda dos servidores da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, a conduta do governo e a justificativa apresentada ao secretário especial da RFB, Júlio Cesar Vieira Gomes por autoridades do primeiro escalão foram ainda mais infundadas. Em transmissão ao conjunto dos servidores da casa, realizada na manhã de terça-feira, dia 5, o secretário especial da RFB disse textualmente que autoridades do alto escalão do governo afirmaram que o atendimento da demanda dos servidores da Carreira Tributária e Aduaneira acirrará os ânimos dos demais servidores.

Há muitas formas de se interpretar esta informação e, seguramente, uma delas é a de que o governo conhece e teme a força dos servidores públicos. Fosse diferente, a justificativa seria outra. Portanto, é preciso fazer desta confissão atabalhoada do governo, combustível para a construção de uma unidade de luta nunca antes alcançada entre os servidores da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal. Esta informação repassada pelo secretário da RFB para mais de 4,5 mil servidores que assistiram a transmissão por canal de comunicação oficial da instituição, é histórica e precisa ser compreendida e, principalmente materializada em um movimento incontestável em defesa do órgão, da Carreira e da dignidade profissional de cada um de nós.

Ao longo de todo este processo, sempre reforçamos que o obstáculo para o cumprimento das determinações da Lei nº 13.464, principalmente da regulamentação do Bônus de Eficiência, era o fator político e não orçamentário. Esta nova informação, mostra que temos hoje um governo acuado, sem visão e sem nenhum projeto ou proposta para os servidores e para o serviço público. Temos um governo sequestrado por interesses difusos, que cede a pressão de setores específicos e que é incapaz de pensar no papel do Estado e na importância das instituições e de seus servidores que servem ao país e à sociedade. De fato, restou absolutamente comprovado que este governo, com destaque para o presidente da República e seu ministro da Economia, não tem nenhum compromisso com o serviço público, menos ainda respeita os servidores.

Encerrado o prazo legal para concessão de reajustes em 2022 e diante de um cenário econômico, político e fiscal cada vez mais incerto, temos, como categoria de servidores essenciais ao Estado e à sociedade, que tomar uma importante decisão. Talvez esta seja a mais importante decisão que nossa categoria é chamada a tomar em seus mais de 30 anos de história. Além da defesa de nossa dignidade profissional e da importância das atividades e atribuições que desempenhamos, estamos diante de um cenário concreto de perdas ainda maiores de nossa capacidade financeira.

Somente nos últimos três anos, o conjunto dos servidores públicos acumulam perdas salariais que superam 30%. O cenário atual de inflação aponta para a continuidade do achatamento de nossa capacidade de consumo e para dificuldades ainda maiores. Cada um de nós sabe exatamente o peso da ausência de uma política de reajuste salarial, especialmente quando nos confrontamos com os constantes reajustes em serviços essenciais para nós e nossas famílias como planos de saúde, mensalidades escolares e outros, que consomem, cada vez mais, partes significativas de nossa remuneração.

No plano geral, temos que ter a consciência de que seguiremos enfrentando uma série de dificuldades geradas pelas crises fiscal e econômica, mas, principalmente, seguiremos sendo aviltados pela guerra que se estabeleceu no país pelo controle do orçamento que é, cada vez mais, saqueado por grupos políticos. Hoje, a prioridade do governo é transferir recursos para as emendas de relator e, desta forma, seguir mantendo uma relação fisiológica com sua base de apoio no Congresso Nacional, que em troca da prioridade no repasse do orçamento, segue blindado.

Esta realidade, dificilmente será alterada no curto prazo. Conforme temos alertado à categoria, a tendência para os próximos três anos, de acordo com o Projeto da Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO) de 2023 (PLN 5/2022), enviado pelo Governo Federal e que está em análise no Congresso Nacional, continua a ser de redução drástica no orçamento destinado às chamadas despesas discricionárias do Governo Federal. Segundo a LDO, o orçamento para estas despesas deve cair de R\$ 131,2 bilhões este ano, para R\$ 108,2 bilhões em 2023, para R\$ 93,7 bilhões em 2024 e para R\$ 76,6 bilhões em 2025.

E por que esta luta orçamentária nos interessa objetivamente, e por que com o Bônus regulamentado podemos construir uma realidade remuneratória mais favorável? Ao longo de todo o processo de negociação, buscamos mostrar para a categoria que a metodologia de remuneração por meio do Bônus de Eficiência, entre outros pontos positivos, permitiria estabelecer uma diferenciação para os servidores da Carreira Tributária Aduaneira que, teriam parte de sua remuneração custeadas por recursos do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) e, desta forma, não ficariam dependentes apenas da negociação específica, tão pouco do reajuste geral. De forma prática, com o Comitê de Gestão da RFB devidamente regulamentado, seria possível, já nas discussões na Junta de Execução Orçamentária (JEO), que é responsável pelo assessoramento direto ao Presidente da República na condução da política fiscal, trabalhar pela utilização do Fundaf no custeio do Bônus variável.

Sendo ainda mais específico, os servidores lutam hoje por reajuste salarial em um contexto de completo desrespeito por parte do governo, de decréscimo nas despesas destinadas aos gastos correntes, dos efeitos provocados pela limitação do orçamento, das imposições da Emenda Constitucional 95, que limita o teto de gasto. Mais recentemente, passamos a conviver com o saque promovido pelas emendas de relator. É nesta conjuntura que precisamos urgentemente construir uma saída desta armadilha, que se não for superada, resultará em reduções ainda mais significativas de nossos salários.

É nesta conjuntura adversa que seguimos defendendo a regulamentação do Bônus de Eficiência, que consideramos como a única forma que temos para enfrentar esta política de arrocho fiscal e salarial. Até porque, está mais do que provado que não há nenhum impedimento para que se promova a devida regulamentação da Lei nº 13.464/2017, principalmente após a admissão por parte do governo ao secretário da RFB dos reais motivos que levam o Planalto a continuar a desrespeitar a Lei nº 13.464/2017.

Compreendemos e respeitamos o desgaste a que todos foram submetidos ao longo destes quase seis anos de embate. Mas, precisamos unir nossa força e determinação, mais uma vez. Foi com este espírito de luta que os conselheiros que participaram da LXXX Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Representantes Estaduais (CNRE), realizada em Brasília/DF, entre os dias 1 e 3 de julho, e em conjunto com a Diretoria Executiva Nacional, construíram uma série de indicativos para aprovação nesta Assembleia Geral Nacional Unificada (AGNU).

Todos os Indicativos e orientações são no sentido do acirramento da mobilização, inclusive com a convocação das bases para ampliação da operação padrão e para a realização de paralisações. É neste sentido que o CNRE e a DEN conclamam todos os filiados, em especial, os ativos para comparecer às Assembleias que serão convocadas entre os dias 7 e 14 de julho, e aprovar os indicativos conforme as orientações expressas visando o acirramento da luta em favor do cumprimento das determinações da Lei nº 13.464, principalmente em relação a criação do Comitê Gestor do Programa de Produtividade da Receita Federal e da regulamentação do Bônus de Eficiência.

O CNRE e a DEN conclamam também todos os delegados e integrantes das 73 Delegacias Sindicais que reforcem o chamamento às bases e que ampliem as ações em todas as unidades da Receita Federal do país. Da mesma forma, reforçamos que diante da necessidade de convocação de paralisações é ainda mais importante que as Delegacias Sindicais ampliem o chamamento às bases para que possa ser alcançado o quórum mínimo para esta deliberação que é de 20% dos Analistas-Tributários ativos.

Mais uma vez, reforçamos que sem a regulamentação do Bônus de Eficiência, sentiremos os efeitos cada vez mais negativos da política de arrocho salarial imposta pelo governo Bolsonaro. É, portanto, em um contexto de extrema urgência que o CNRE e a DEN conclamam a todos os filiados do Sindireceita para que compareçam à AGNU e aprovelem, principalmente, os indicativos que determinam o início de paralisações semanais, sinalizando de forma enfática ao governo que os Analistas-Tributários não aceitam mais serem desrespeitados e que vão lutar de forma incansável e seguirão cobrando o cumprimento da Lei.

Em toda nossa história, sempre fomos forçados a lutar pela valorização e o reconhecimento do nosso cargo. Agora, nossa luta reverte-se de uma importância ainda maior. Estamos unidos e mobilizados também por nossa dignidade profissional e pela segurança e bem-estar de nossa

família. Vamos caminhar unidos e construir um novo capítulo de conquistas na história de nosso cargo e de nosso Sindicato.

**Conselho Nacional de Representantes Estaduais (CNRE) Diretoria Executiva Nacional (DEN)**